

Inquérito Civil SIG/MP n. 06.2014.00011604-3

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça, Dr. **Isaac Sabbá Guimarães**, de um lado e de outro **PARTE PASSIVA, Igreja Embaixada do Reino de Deus**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica nº 02.387.625/0001-83, situada na rua 1950, esquina com a 4ª Avenida, Centro, Balneário Camboriú-SC, neste ato representada por **Michael Aboud**, brasileiro, casado, pastor, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 586.425.791-53, pmichael@embaixada.Org, domiciliado e residente na Rua Ariribá, nº 125, casa n. 54, condomínio Praia Brava, Itajai-SC, doravante denominados compromissários, têm entre si justo e acertado o seguinte:

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover inquérito civil e ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, CRFB/88);

Considerando que o artigo 225, *caput*, da Constituição Federal assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações;

Considerando que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas e jurídicas, as sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (arts. 2º e 3º da Lei n. 9.605/98);

Considerando a possível prática de poluição sonora ocasionada pela Igreja Embaixada de Deus, em tese realizam cultos com barulho excessivo das 08h00min às 23h30min, e ainda fazem eventos no fim de semana, perturbando os moradores vizinhos com níveis de pressão sonora acima do

legalmente permitido;

Considerando que a poluição sonora em níveis acima do permitido resulta em danos à saúde humana, sendo considerada crime, tipificado no artigo 54 da Lei nº 9.605/98;

Considerando a perturbação do sossego alheio é ainda contravenção penal prevista no artigo 42 da Lei das Contravenções Penais;

Considerando ser dever de todos realizar adequado gerenciamento, armazenamento e destinação dos resíduos sólidos, domésticos e industriais gerados;

Considerando a tramitação, no âmbito do Ministério Público, do Inquérito Civil Público nº 06.2014.00011604-3, instaurado para apurar a ocorrência de poluição sonora, que configura, em tese, infração ambiental e que o escopo do presente procedimento antes de estar adstrito à judicialização do problema a preferir à rápida e eficaz resolução, tendo como norte os interesses difusos;

RESOLVEM, nos termos da Lei Federal n. 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública) e do artigo 25 e seguintes do Ato Ministerial nº 395/2018/PGJ, celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUCTA**, de conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem como objeto a adequação, por parte do compromissário às normas ambientais, objetivando sanar os problemas da prática de poluição sonora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES AJUSTADAS

I - Compromete-se o Compromissário, na obrigação de fazer, consistente em construir estrutura de isolamento acústico nos motores estacionários situados nos fundos do estabelecimento e realizar a manutenção necessária para que os ruídos sejam reduzidos, bem como medidas que possam mitigar a emissão de ruídos dos aparelhos de ar-condicionado e de sonorização

da igreja;

II - O compromissário compromete-se, desde já, na obrigação de não exceder o volume da aparelhagem sonora utilizada nos cultos, em conformidade com o admissível pela Lei Municipal de Zoneamento Urbano, ou seja, 55dB para o período diurno e 50dB para o período noturno;

III - Fica acordado entre as partes que a Igreja Embaixada do Reino de Deus, iniciará seus cultos dominicais apenas após às 10h00min;

§ 1º O compromissário terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da homologação do presente acordo pelo Conselho Superior do Ministério Público, para realizar a obrigação contida no item I.

§ 2º Quanto ao compromisso descrito no item III, o compromissário terá o prazo de até 30 (trinta) dias, contado a partir da homologação deste TAC pelo Conselho Superior do Ministério Público, para adimpli-lo.

§ 3º O compromissário deve apresentar ao órgão ministerial o respectivo comprovantes do adimplemento das obrigações acima descritas no prazo de até 90 (noventa) dias contados da homologação deste TAC pelo Conselho Superior do Ministério Público.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MULTA

Em caso de descumprimento da Cláusula segunda, em qualquer de seus subitens, do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, os Compromissários ficarão sujeitos à multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia, com limite de 90 (noventa) dias (termo final), para cada qual, cujo valor será revertido ao **Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina**, ou, alternativamente, para o **Fundo Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente**, sem prejuízo das ações que eventualmente venham a ser propostas, bem como de execução específica das obrigações assumidas. O valor da multa incidirá independentemente sobre cada um dos itens descumpridos.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

O Ministério Público compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial coletiva relacionada ao convencionado no presente Termo de

Compromisso de Ajustamento de Conduta contra os Compromissários, caso venha a ser cumprido integralmente o avençado.

As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Camboriú/SC para dirimir eventuais problemas decorrentes do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.

E assim, por estarem compromissados, firmam este Termo em 03 (três) vias de igual teor e que terá eficácia de título executivo extrajudicial, para que surtam seus efeitos jurídicos.

Ficam as partes subscritas cientes de que este termo de ajuste de conduta tem por consequência o arquivamento do feito, do qual cabe recurso ao Conselho Superior do Ministério Público até a sua formal homologação.

Balneário Camboriú, 05 de junho de 2019.

ISAAC SABBÁ GUIMARÃES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

Igreja Embaixada do Reino de Deus

Michael Aboud